

Orçamento e ciência

1.º SET 1988

JOSÉ GOLDEMBERG



A Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), na sua tentativa de reduzir o déficit público para 1989, cortou o orçamento dos diversos ministérios e empresas estatais, além de propor a extinção de várias delas.

Nestes cortes foram atingidas também as verbas para o apoio a atividades de ciência e tecnologia geridas pelo Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outras vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

A reação dos beneficiários destas atividades foi a esperada e pode ser resumida numa palavra: indignação. A resposta da Seplan a estas reações foi também a esperada: a de argumentar que os recursos atuais — sobretudo nas Universidades federais — são usados ineficientemente, às vezes até perdulariamente, e que todos os ministérios estão sendo atingidos pelos cortes sem exceções.

Ao mesmo tempo, diversos ministros, como os da Saúde e Habitação, argumentam que seus ministérios atuam na área de atendimento social e que cortes orçamentários prejudicarão diretamente a população carente.

Entretanto, até hoje, verbas foram alocadas para Ciência e Tecnologia sem que isso prejudicasse os programas sociais. Por que então este impasse surge agora com tal força?

A razão é a seguinte: até recentemente os dispêndios com ciência e tecnologia eram relativamente pequenos e não competiam significativamente com outros no bolo orçamentário. Com efeito, enquanto estes dispêndios eram da ordem de 100 ou 200 milhões de dólares (29 a 58 bilhões de cruzados) por ano eles passavam quase despercebidos e um mínimo de simpatia pela ciência e tecnologia permitia que fossem incorporadas no orçamento. Afinal de contas uma estrada interestadual, uma usina hidroelétrica ou um hospital de porte médio custam muito mais do que 100 milhões de dólares. Quando, porém, se despende cerca de 1 bilhão de dólares (290 bilhões de cruzados) por ano em ciência e tecnologia, a competição começa a ficar séria e a simpatia dos governantes fica menor, sobretudo se não forem bem justificados (o que é freqüentemente o caso).

Diante desse montante de recursos, como se pode justificar a continuidade do apoio à ciência e tecnologia quando as necessidades da população são tão grandes?

O único argumento razoável, a nosso ver, é que ciência, tecnologia e educação são a "galinha dos ovos de ouro" de cujos produtos depende o desenvolvimento econômico e matá-la vai impedir que ele se realize. Sem desenvolvimento econômico não poderemos atender às necessidades da população. Ciência e tecnologia não se produzem a curto prazo: exigem investimentos continuados que não podem ser interrompidos sem que se destrua muito do que já foi feito. É por isso que cortar recursos de ciência e tecnologia para o próximo ano é uma medida de curto prazo que terá consequências negativas a longo prazo.

O Ministério da Saúde, confrontado com este argumento, poderia provavelmente dizer que, se houver cortes nos programas de endemias rurais, vacinação e outros, não haverá futuro nenhum para milhões de brasileiros e que apoiar ciência e tecnologia não é tão urgente como cuidar da saúde das crianças.

Tudo isso é verdade. Mas é neste momento que se deve colocar o problema das prioridades e decidir, em função do interesse nacional mais amplo, quais os programas que devem ser mantidos.

Num governo democrático, sob a liderança clara do presidente, estas questões são decididas por discussões amplas no âmbito do governo. Quando um único órgão fixa orçamentos (e cortes), como fez a Seplan, isso significa claramente que os ministros são totalmente descomprometidos com qualquer projeto nacional claro e só defendem seus interesses setoriais.

Só uma política nacional séria e consciente de Ciência e Tecnologia poderia privilegiar o apoio ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) sem prejudicar outros investimentos igualmente necessários.

Esta política não existe, ao contrário do que ocorre em vários países da Europa e Ásia, sobretudo Coréia e Japão. A criação do MCT não supriu essa deficiência. Por isso mesmo, aos olhos da Seplan, o MCT é um competidor fraco, o que coloca em risco todo o apoio à ciência e tecnologia.

Só resta, portanto, aos cientistas partir para a ação direta, tentando sensibilizar o Congresso Nacional, a grande imprensa e as lideranças empresariais para o perigo de deixar ciência e tecnologia num nível secundário, quando o próprio estágio do desenvolvimento do País e a necessidade de modernização do parque industrial indicam que se deve fazer exatamente o contrário.

O professor José Goldemberg é reitor da Universidade de São Paulo.